



Entre as três espécies de prova no *Ideal da Razão Pura* e as duas provas *a priori* no *Único Argumento*

Bruno Bertoni*

Resumo: No *Ideal da Razão Pura* Kant afirma que há apenas três provas possíveis da existência de Deus: físico-teológica, cosmológica e ontológica (KrV A590-1 / B618-9). Entretanto, comentando essa passagem em *The Existence of God*, Richard Swinburne afirma que tal classificação gerou muitas incompreensões. Segundo o inglês, o uso do artigo “the” precedendo as três provas contribuiu para a interpretação de que haveria um *Único Argumento* para cada definição apontada. Contudo, poderia ser citado vários argumentos distintos para cada título. Diante dessa polêmica, decidi confrontar a classificação das provas na *Crítica*, com a classificação conforme fora disposta no *Único Argumento*. Nesta obra, ao invés de três provas — uma *a priori* (ontológica) e duas *a posteriori* (cosmológica e físico-teológica) —, é apresentada quatro provas: duas *a priori* (cartesiana e ontológica) e duas *a posteriori* (cosmológica e físico teológica). Tendo em vista que Kant afirma na *Crítica* que há apenas três espécies de provas, e que “Não há mais [provas] além destas, e também não pode haver mais” (KrV A591/ B619), então por que em 1763 ele apontara duas espécies distintas para as provas *a priori*? Seria esse um indício que corroboraria com a posição de uma definição contendo várias provas, tal como indicada por Swinburne?

Palavras-chave: Prova Cartesiana; Ontológica; *Único Argumento*; Fundamento e Consequência.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: bertonifilosofia@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6662490610450832>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6025-303X>.

Between the three kinds of proof in *The Ideal of Pure Reason* and the two *a priori* proofs in *The Only Argument*

Abstract: In *The Ideal of Pure Reason*, Kant states that there are only three possible proofs for the existence of God: physico-theological, cosmological, and ontological (KrV A590-1/B618-9). However, commenting on this passage in *The Existence of God*, Richard Swinburne states that this classification has generated many misunderstandings. According to the Englishman, the use of the article “the” preceding the three proofs contributed to the interpretation that there would be a single argument for each definition indicated. However, several distinct arguments could be cited for each title. In view of this controversy, I decided to compare the classification of the proofs in the Critique with the classification as it was laid out in *The Only Possible Argument*. In this work, instead of three proofs — one *a priori* (ontological) and two *a posteriori* (cosmological and physico-theological) —, four proofs are presented: two *a priori* (Cartesian and ontological) and two *a posteriori* (cosmological and physico-theological). Given that Kant states in the Critique that there are only three kinds of proofs, and that “There are no more of them, and there also cannot be any more” (KrV A591/B619), then why in 1763 did he point out two distinct kinds of *a priori* proofs! Would this be a clue that would support the position of a definition containing several proofs, as indicated by Swinburne?

Keywords: Cartesian Proof; Ontological; *Only Argument*; Ground and Consequence.

Introdução

O texto do *Ideal da Razão Pura* da *Crítica*¹ possui sete seções. Na primeira seção é apresentada uma distinção entre ideia e ideal. Na segunda

¹ Para citações de textos clássicos, procedo da seguinte forma: no que diz respeito a obras de Kant, uso as abreviaturas: *BDG* para *Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes* (*O Único Argumento possível para uma demonstração da existência de Deus*), *V-MP-K2/Heinze* para *Kant Metaphysik K2* (*Metafísica K2*), *V-Th/Pöhlitz* para *Vorlesungen über die philosophische Religionslehre* (*Lições sobre a doutrina filosófica da religião*) e *KrV* para *Kritik der reinen Vernunft* (*Crítica da Razão*

seção é examinado como o ideal da razão é determinado, e como ele é considerado, erroneamente, como tendo valor objetivo através do que é designado de hipóstase. Na terceira seção é exposto o processo natural em que a razão, por meio de uma ilusão (*schein*), é levada, pela ascensão causal, a buscar um fundamento originário para todas as coisas. Também na terceira seção é apresentado um subtítulo, no antepenúltimo parágrafo, em que Kant assevera haver apenas três provas possíveis da existência de Deus segundo a razão especulativa. Tais provas (ontológica, cosmológica e físico-teológica) serão abordadas, respectivamente, nas seções quatro, cinco e seis. Por fim, a sétima seção traz um balanço do que fora discutido em todo o capítulo.

Nosso presente estudo visa problematizar justamente os parágrafos finais da terceira seção do *Ideal da Razão Pura*, uma vez que Richard Swinburne comenta que ele fora responsável por grandes incompreensões no que diz respeito ao tema das provas da existência de Deus. Portanto, primeiramente, iremos expor o modo com que Kant cataloga as provas acerca de Deus segundo a *Crítica da Razão Pura*. Posteriormente, iremos apresentar os comentários de Swinburne que descrevem os motivos que levam o texto kantiano a gerar confusões. Na sequência, para contribuir com a problematização levantada por Swinburne, citaremos também a obra, pré-crítica, *O Único Argumento possível para uma demonstração da existência de Deus*.

Na obra pré-crítica, Kant divide as provas da existência de Deus em duas espécies: i. as que são obtidas dos “conceitos do intelecto de meramente possível”; ii. e as que são retiradas “do conceito empírico de existente” (*BDG*, AA 02: 155-6). Contudo, cada uma dessas espécies anteriores conteriam, segundo a obra em questão, outros dois tipos de argumentos. Desse modo, de acordo com a segunda espécie (ii), haveria dois tipos de provas, denominadas de cosmológica e físico-teológica; e

Pura). A última obra é citada pela paginação das edições originais A/B. As outras três são citadas pela paginação da *Akademie-Ausgabe* (AA). Neste caso, mencionarei também o número do volume dessa edição das obras completas de Kant, antes do número da página no volume.

segundo a primeira espécie (i) haveria, também, dois tipos de provas: a prova cartesiana (*Kartesianischer*) e a ontológica² (ou o “*Único Argumento possível*”).

Contudo, na *Terceira Seção* do *Ideal da Razão Pura* é afirmado que há apenas “três” espécies de provas (*Beweisarten*), a saber: ontológica, cosmológica e físico-teológica. Uma vez que a prova “cosmológica” e “físico-teológica” estariam contempladas no texto pré-crítico, publicado em 1763, como sendo aqueles dois tipos em que se considera algo de empírico, então caberia averiguar por que Kant subtraiu, na *Crítica*, uma daquelas espécies em que a existência de Deus é obtida apenas pelo intelecto, sem influência de algo empírico.

Ora, o comentário de Swinburne visa polemizar, justamente, o fato de Kant ter mencionado na *Crítica* que só há três provas possíveis para a razão especulativa. Sendo assim, a partir dessa polêmica levantada pelo filósofo inglês, recuperamos o texto de 1763 — onde Kant apresenta quatro tipos de provas possíveis (e não apenas três) — para verificar, até que ponto, essa constatação bibliográfica contribui para que possamos nos posicionar diante dessa querela.

² Na obra *O Único Argumento Possível para uma Prova Da Existência de Deus*, Kant cita dois tipos de argumento *a priori*: prova cartesiana “*Kartesianischer*” (*BDG*, AA 02: 156) e a ontológica “*ontologisch*” (*BDG*, AA 02: 160). Entretanto, na *Crítica da Razão Pura* é apresentado apenas um tipo de prova *a priori*, designada de ontológica “*ontologisch*” (*KrV* A591/ B619). Isso quer dizer que Kant retira a prova cartesiana do texto crítico? Com certeza não, pois Kant faz referências diretas, e indiretas, à prova cartesiana no texto da *Quarta Seção* do *Ideal da Razão Pura*. Portanto, normalmente, quando os comentaristas se referem às provas *a priori* contidas no texto de 1763, eles não empregam o termo “prova ontológica” para não confundir o leitor. É preferível designar o argumento *a priori* que está sendo tratado de outra forma. Fala-se em “prova cartesiana”, para se referir à Descartes, bem como muitos também optam por “*Único Argumento*”, ou “único fundamento”, ou “*Beweisgrund*”, para se referir aquele outro tipo de prova *a priori* mencionado no texto de 1763 que se distingue da prova cartesiana.

Entre as três espécies de prova no *Ideal da Razão Pura* e as duas provas *a priori* no *Único Argumento*

No final da terceira seção do *Ideal da Razão Pura*, Kant afirma que há apenas três caminhos para se tratar da existência de Deus segundo a razão especulativa: “Há apenas três espécies de provas possíveis da existência de Deus para a razão especulativa³” (*KrV* A591/ B619, tradução própria). Logo abaixo, é asseverado que todas as três vias (*Alle Wege*) correspondem às provas: físico-teológica — que parte da experiência determinada e ascende, segundo as leis da causalidade, até a causa suprema —; cosmológica — que estabelece, empiricamente, como fundamento, apenas a experiência indeterminada; ontológica — que, sem o auxílio da experiência, conclui, completamente *a priori*, a existência de uma causa suprema (*höchste Ursache*) a partir de simples conceitos (*KrV* A590-1/ B618-19).

Tendo indicado os três caminhos possíveis, Kant afirma que irá demonstrar (*Ich werde dartun*) que a razão não conseguirá obter êxito por nenhuma das vias, seja através do exame da prova transcendental (*transzendentaler Beweis*); seja através do exame das provas em que há o acréscimo do elemento empírico com o intuito de aumentar a sua força probante (*seine Beweiskraft*) (*KrV* A 591/ B619).

Mas segundo Richard Swinburne, essa passagem seria fonte de muita incompreensão acerca do tema das provas de Deus, pois sua redação fizera com que muitos interpretassem que haveria apenas três argumentos possíveis acerca da existência de Deus. Entretanto, segundo o autor inglês, tal leitura não estaria em acordo com a constatação de que há outros argumentos possíveis. Segue o texto em questão:

A distinção é feita em termos da natureza das premissas. Ou se começa de uma verdade conceitual — em cujo caso se tem um argumento ontológico; ou da “existência em geral” — em cujo caso se tem o

³ Es sind nur drei Beweisarten vom Dasein Gottes aus spekulativer Vernunft möglich.

argumento cosmológico; ou dos pormenores do que Kant chama “experiência determinada”, como as coisas são no mundo — em cujo caso se tem o argumento “físico-teológico”.

Minha razão para defender que essa doutrina de Kant teve uma influência longe de benéfica na discussão deste assunto é que, por seu uso da palavra “o”, Kant tende a assumir que pode haver apenas um argumento de cada tipo — enquanto que, de fato, pode haver claramente muitos diferentes argumentos sob cada um daqueles títulos que são tão diferentes uns dos outros que seria enganoso chamá-los sequer de formas do mesmo argumento. Não há, por exemplo, razão nenhuma para supor que todos os argumentos a partir de como as coisas são no mundo precisam ter a mesma forma do argumento que Kant chama de “físico-teológico” e foi chamado em outro lugar de argumento do design. Este último argumento pode, por sua vez, ter várias formas. Posso argumentar, por exemplo, a partir do comportamento regular dos objetos no mundo codificado nas leis da natureza ou a partir da pronta disponibilidade no mundo das coisas que os homens e os animais precisam para sobreviver. Em ambos os casos, há um argumento a partir de uma ordem bem geral na natureza. Mas há argumentos também, como notamos, a partir de milagres particulares, a partir do desenvolvimento da história humana ou a partir de experiências religiosas particulares. Pode ser que nenhum desses sejam particularmente bons argumentos, mas eles merecem ser considerados em seus méritos próprios — a classificação de Kant obscurece a existência deles (Swinburne, 2015, p. 68-70⁴).

Como pode ser constatado no parágrafo acima, de acordo com Richard Swinburne, a interpretação de apenas três argumentos é um

⁴ Como optei por citar uma tradução de Agnaldo Cuoco Portugal que se encontra em formato ebook, aponto aqui também a paginação onde a passagem pode ser encontrada na obra original: SWINBURNE, Richard. *The Existence of God*. Reino Unido: Oxford, p. 11.

equívoco que, segundo o mesmo, fora ocasionado devido ao uso do artigo “*the*”, isto é, no texto original, por três vezes Kant redige “*der*” para se referir: à primeira prova (*der erste Beweis ist der physikotheologie*); à segunda prova (*der zweite der kosmologische*); e à terceira (*der dritte der ontologische Beweis*). E como se esse destaque ao artigo “*the*” não fosse o suficiente, Kant termina o parágrafo frisando a inexistência de outra prova além das apresentadas: “Não há mais [provas] além destas (*ihrer*), e também não pode haver mais”⁵ (*KrV A590-1/ B618-9*, tradução própria).

Swinburne não se limita a apontar que cada uma das vias (*Wege*) poderia comportar vários argumentos possíveis, mas também acrescenta que haveria outras vias argumentativas, como no caso de alguém que pretendesse construir um argumento que partisse da constatação de algum milagre ou mesmo de alguma experiência religiosa particular. Não obstante, sem distanciar excessivamente das pretensões do presente texto, aproveito o parecer do filósofo inglês para indicar que o próprio Kant, em 1763, mencionara mais de uma um prova *a priori* para a existência de Deus.

Há uma passagem no *Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus* onde Kant divide as vias possíveis para buscar a existência de Deus em dois grandes grupos: uma centrada em conceitos do intelecto (*Verstandsbegriffen*); outra centrada em conceitos de experiência (*Erfahrungsbegriffe*). Segue abaixo a passagem em que tal divisão é apontada:

1. DIVISÃO DE TODOS OS ARGUMENTOS POSSÍVEIS DA EXISTÊNCIA DE DEUS (*BDG*, AA 02: 155).

[...]

Todos os argumentos da existência de Deus podem ser obtidos apenas: ou dos conceitos do intelecto do *meramente* possível; ou do conceito empírico |de *existente*. No primeiro caso, concluem, ou do possível, como *fundamento*, à existência de Deus,

⁵ Mehr gibt es ihrer nicht, und mehr kann es auch nicht geben.

como consequência; ou do possível, como *consequência*, à existência divina, como fundamento. No segundo caso concluímos, novamente, ou daquilo cuja existência (*Dasein*) experimentamos, para a existência (*Existenz*) de uma *causa independente* (*unabhängigen Ursache*) e primeira — embora seus atributos divinos sejam fornecidos pela análise deste conceito; ou a sua existência (*Dasein*), bem como seus atributos, são deduzidos imediatamente do que a experiência ensina (*BDG*, AA02: 155-6, tradução própria).

Nosso interesse no presente texto é focar apenas na primeira divisão, pois é a mesma que tratará dos argumentos elaborados apenas no intelecto, sem qualquer referência à experiência. De acordo com a primeira bifurcação apresentada no parágrafo acima, os argumentos para a existência de Deus podem seguir apenas dois caminhos:

i - pensar o possível como fundamento (*Grund*) e, posteriormente, concluir a existência de Deus como uma consequência (*Folge*) daquele possível;

ii - ou, ao contrário, pensar o possível como a consequência (*Grund*), consequência essa decorrente da existência divina que seria seu fundamento (*Folge*).

Através desse parágrafo podemos notar que, embora na *Terceira Seção* do *Ideal da Razão Pura* Kant tenha mencionado “prova ontológica” indistintamente — para qualquer prova a partir de meros conceitos — em 1763 ele aponta dois raciocínios totalmente opostos que podem se desdobrar em duas maneiras para se buscar a existência de Deus *a priori*. Enquanto pela linguagem crítica poderíamos caracterizar essas maneiras como sendo formadas por vias completamente *a priori* (*gänzlich a priori*) através de meros conceitos (*bloÙe Begriffen*); pela linguagem de 1763 poderíamos descrevê-las como conceitos do intelecto (*Verstandsbegriffen*) do meramente possível (*bloÙ MÙgliche*).

Embora no texto pré-crítico, em desacordo com a primeira *Crítica*, seja apontado duas formas de provas *a priori*, o valor que Kant atribui a ambas é distinto. A primeira delas (i), que parte de um conceito possível e,

através dele como fundamento, alcança uma existência como sua consequência, é considerado inviável. Kant designou esse modo de proceder de “cartesiano”, como pode ser conferido a seguir:

2. EXAME DOS ARGUMENTOS DA PRIMEIRA ESPÉCIE

Se do conceito de *meramente* possível, como fundamento, a existência deve ser concluída, por derivação, então, através da análise deste conceito, a existência pensada deve poder ser encontrada nele; pois não há outra maneira, senão a resolução lógica, de derivar (*Ableitung*) a consequência a partir de um conceito do possível. Mas então a existência deveria estar contida no possível como um predicado. Agora, uma vez que isso nunca ocorre segundo a Primeira Consideração da Primeira Seção, então é claro que uma prova da verdade sobre a espécie mencionada aqui seria impossível.

Contudo, temos uma prova famosa que é construída sobre este fundamento, a saber, a denominada prova cartesiana (*Kartesianischen*) (BDG, AA 02: 156, tradução própria).

Como mencionado na própria citação, essa questão já fora debatida na *Primeira Seção* da obra. O autor inaugura o texto justamente refletindo acerca das dificuldades de se determinar a noção de existência (*Dasein*). Entretanto, em meio a várias reflexões, são formulados argumentos para ilustrar a impossibilidade de tomar a existência como se a mesma fosse um predicado. E, em posse dessa premissa, Kant frisa, diversas vezes, que se alguém assumisse a estratégia de partir de um conceito possível para, posteriormente, concluir alguma existência, então, inevitavelmente, a “existência” que fora obtida na segunda etapa teria que estar contida na primeira, isto é, no possível enquanto fundamento. Isso ocorre porque, segundo Kant, se a prova é construída com conceitos do intelecto, e tendo em vista que ela fora iniciada pelo meramente possível, então, conseqüentemente, a existência só poderia ter sido extraída a partir do possível enquanto fundamento. Mas como algo de existente — isto é,

algo efetivo (*wirklich*) — poderia ser derivado (*Ableitung*) como consequência de algo possível?

Ora, para Kant, o entusiasta dessa maneira de argumentar julga que Deus é pensado como aquilo que reúne todas as propriedades e, após supor que a existência seja uma dessas propriedades, obterá a conclusão de que Deus existe; pois uma vez admitido que Ele possui todos os predicados, seria contraditório não assumir a existência Dele como consequência. Segue uma síntese onde Kant expõe essa maneira de apresentar uma prova *a priori*:

Em primeiro lugar, imagina-se um conceito de uma coisa possível, na qual se representa que toda a verdadeira perfeição está de acordo. Agora, assumo que a existência também é uma perfeição da coisa; assim, a partir da possibilidade de um ser perfeito, a sua existência é concluída. Da mesma forma, poder-se-ia a partir do conceito de uma tal coisa — o qual também é representado apenas como o seu modo mais perfeito, por exemplo, do fato de que exclusivamente antes um mundo mais perfeito é pensado — concluir sobre a sua existência (*BDG, AA 02, 156, tradução própria*).

A síntese do argumento *a priori* exposta por Kant acima indica algo interessante. Ao apresentar para o leitor a estrutura do argumento *a priori* de primeira espécie — que é aquela que parte do possível como fundamento para concluir uma existência —, Kant aponta no seu texto dois exemplos: i. em primeiro lugar ele trata do conceito de uma coisa possível que reúne toda a perfeição para concluir sua existência; ii. Depois ele menciona que de tal conceito, também representando toda a perfeição, poder-se-ia concluir a existência do mundo mais perfeito.

Essa pequena variação entre concluir a existência de um ser o mais perfeito (*eines vollkommensten Wesens*) e concluir a existência de um

mundo o mais perfeito (*eine vollkommenste Welt*)⁶ corrobora com a observação, citada anteriormente, de Richard Swinburne; uma vez que o mesmo afirmara que o artigo “*the*” no texto crítico poderia confundir o leitor. Assim, para Swinburne (que alias defende a possibilidade de mais de três vias), mesmo dentro da via ontológica haveria várias provas distintas⁷. Desse modo, provar *a priori* um ser o mais perfeito ou provar *a priori* o mundo mais perfeito poderia se encaixar como exemplo do que o autor inglês mencionara. Isto é, esse parágrafo pré-crítico revelaria a admissão de mais de uma prova *a priori*; logo, não há apenas uma única prova, como o artigo “*the*” (“*der*” cf. *KrV* A590-1/ B618-19) poderia levar-nos a crer.

Não obstante, ainda assim alguém poderia, ao contrário do que foi dito no parágrafo anterior, asseverar que o que Kant fez fora descrever uma fórmula; no caso do texto pré-crítico: “do possível, como *fundamento*, à existência de Deus, como consequência”⁸ (*BDG*, AA 02: 156). A partir daí, poder-se-ia afirmar que tanto a conclusão de “o ser mais perfeito”,

⁶ Decidimos traduzir o superlativo “*eines vollkommensten Wesens*” e “*eine vollkommenste Welt*” por “o ser mais perfeito” e “o mundo mais perfeito”. Na verdade, é comum encontrar nos textos de metafísica a versão “ser perfeitíssimo”, e creio que essa seja uma boa tradução. Entretanto, pensamos que a versão “mundo perfeitíssimo” não é a opção mais sonora quando estamos diante dos textos leibnizianos. Nas reflexões da *Teodicéia*, por exemplo, cogita-se que Deus sendo bom, teria que criar a melhor série compossível, isto é, “o mundo mais perfeito”. Assim, de acordo com esse tipo de reflexão, creio que soa melhor falar de “um mundo mais perfeito”, e não de “um mundo perfeitíssimo”. Sendo assim, para manter um padrão nos dois superlativos do parágrafo citado, optei por manter os dois superlativos precedidos do artigo “o”.

⁷ Na verdade o texto de Swinburne cita a via “físico-teológica” para dizer que ela poderia conter vários argumentos, e não apenas um: “Não há, por exemplo, razão nenhuma para supor que todos os argumentos a partir de como as coisas são no mundo precisam ter a mesma forma do argumento que Kant chama de ‘físico-teológico’ e foi chamado em outro lugar de argumento do design” (Swinburne, 2015, p. 69). No entanto, o nosso objetivo é especular acerca do que Kant designa na primeira *Crítica* de prova ontológica. Sendo assim, podemos concluir — em paralelo com a consideração de Swinburne — que após mostrar o exemplo do texto de 1763 — em que Kant menciona um raciocínio que leva tanto à existência de “o ser mais perfeito”, quanto a de “o mundo mais perfeito” —, que ali também é apontado duas tentativas de prova *a priori*.

⁸ [...] von dem Möglichen als einem Grunde auf das Dasein Gottes als eine Folge [...].

quanto a conclusão de “o mundo mais perfeito”, seguiria essa mesma estrutura e, por conseguinte, elas contariam apenas com aquele tipo de “variação” que distingue uma operação matemática que ora ilustra sua divisão com limões; ora ilustra sua divisão com laranjas⁹.

Do possível, como consequência, à existência de Deus, como fundamento

A complexidade dessa querela não pararia por aí, pois, embora pudéssemos admitir, inicialmente, uma semelhança na estrutura do raciocínio que conclui “o ser mais perfeito” e “o mundo mais perfeito”, a verdade é que o Kant pré-crítico distingue duas estruturas *a priori* que visam a existência de Deus. Como mencionado anteriormente, aquela que fora designada de prova “cartesiana” (também exemplificada através do raciocínio que obtém na sua conclusão seja “o ser mais perfeito”, seja “o mundo mais perfeito”) pode ser resumida pela seguinte fórmula: “do possível, como *fundamento*, à existência de Deus, como consequência”¹⁰ (BDG, AA 02: 156). Contudo, também há outra estrutura de raciocínio que não pode ser comportada pelo modelo cartesiano, a qual é resumida pela seguinte fórmula: “do possível, como *consequência*, à existência divina, como fundamento”¹¹ (BDG, AA 02: 156). Segue o parágrafo onde ela é apresentada:

Por outro lado, a conclusão da possibilidade das coisas, como consequência, à existência de Deus,

⁹ É importante lembrar que, para Swinburne, a distinção entre os argumentos é tão grande que seria enganoso apostar que eles poderiam ser reduzidos a uma única forma: “[...] pode haver claramente muitos diferentes argumentos sob cada um daqueles títulos que são tão diferentes uns dos outros que seria enganoso chamá-los sequer de formas do mesmo argumento” (Swinburne, 2015, p. 69).

¹⁰ [...] von dem Möglichen als einem *Grunde* auf das Dasein Gottes als eine Folge [...].

¹¹ [...] aus dem Möglichen als einer *Folge* auf die göttliche Existenz als einen Grund geschlossen.

como fundamento, é de uma espécie totalmente diferente. Aqui é investigado se, para que algo seja possível, um qualquer existente não deva ser pressuposto; e se essa existência, sem a qual não ocorre nenhuma possibilidade interna, não contenha tais propriedades como as que reunimos no conceito de divindade. Neste caso é claro, antes de tudo, que eu não poderia concluir uma existência a partir da possibilidade condicionada se não pressupusesse a existência (*Existenz*) daquilo que é possível apenas sob certas condições, pois a possibilidade condicionada dá simplesmente a entender que algo somente poderia existir em certas conexões, e a existência da causa (*das Dasein der Ursache*) seria demonstrada (*dargetan*) apenas na medida em que a consequência existe (*die Folge existiert*); mas, aqui, a causa (*sie*) não deve ser concluída a partir da existência da mesma [da consequência]. Portanto, tal prova, caso ocorra, só pode ser conduzida a partir da possibilidade interna. Além disso, nota-se que ela teria que surgir a partir da possibilidade absoluta de todas as coisas em geral. Pois é apenas acerca da própria possibilidade interna, da qual deve ser conhecida (*erkannt werden soll*) que ela pressupõe uma qualquer existência, e não acerca dos predicados particulares através dos quais um possível se distingue de outro; pois a distinção entre predicados ocorre também no meramente possível, e nunca designa algo existente. Por conseguinte, sobre a espécie [de argumento] mencionada, uma existência divina teria que ser inferida a partir da possibilidade interna de todo o pensável. Que isso possa ocorrer, foi provado em toda a Primeira Seção desse trabalho (*BDG*, AA 02: 157, tradução própria).

Como pode ser observado no parágrafo acima, Kant expõe uma forma de buscar a existência de Deus oposta ao que ele designou, anteriormente, de argumento cartesiano. Nessa outra estratégia de argumentar, a partir de uma reflexão acerca da possibilidade interna

(especificamente da possibilidade interna de todo o pensável), constata-se que ela pressupõe uma existência como seu fundamento.

Uma curiosidade que soa, no mínimo, estranha na exposição desse parágrafo, é que Kant pontua, na primeira frase, que essa forma de buscar a existência de Deus é de uma “espécie” (*Art*) “totalmente diferente” (*ganz andrer Art*). Contudo, o título do segundo tópico da *Terceira Parte* da obra é justamente: “2. Exame dos argumentos de primeira espécie”¹² (*BDG*, AA 02: 156, grifo nosso). Ora, Kant fala que fará um exame dos argumentos de primeira espécie (*Art*), e na sequência do tópico ele cita a prova cartesiana (*Kartesianisch*), a qual parte do possível como fundamento, e conclui a existência como sua consequência. Entretanto, após expor o parágrafo que trata da prova cartesiana, ele apresenta justamente a citação acima, que conduz a conclusão da “possibilidade das coisas, como consequência, à existência de Deus, como fundamento”, afirmando que ela “é de uma espécie (*Art*) totalmente diferente” (*BDG*, AA 02: 157). Ou seja, o uso do termo espécie (*Art*) no parágrafo pode gerar ambiguidades. Pois, se por um lado ele afirma que irá examinar argumentos da primeira espécie (retirados apenas de conceitos do intelecto); por outro, ele aponta que — mesmo dentro dos argumentos retirados de conceitos do intelecto — aquele argumento em que a existência é apontada como fundamento é de uma “espécie totalmente diferente” (*ganz andrer Art*).

Pontuarei novamente para ficar mais claro. Nós havíamos citado a passagem em que Kant divide, no texto pré-crítico, as provas da existência de Deus que partem apenas dos conceitos do intelecto; versus as que partem de algum conceito empírico. Ao tratar do primeiro tipo (conceitos do intelecto), ele apresenta um título falando que irá examinar os argumentos da primeira espécie (*Art*). Entretanto, após tratar do argumento cartesiano, ele apresenta o “*Único Argumento* possível” afirmando que ele é de uma espécie (*Art*) totalmente diferente. Ora, mas se os dois foram colocados sob o mesmo tópico (conceitos do intelecto), como o “*Único*

¹² 2. PRÜFUN DER BEWEISGRÜNDE DER ERSTEN ART

Argumento Possível” poderia ser de uma espécie totalmente diferente em relação à prova cartesiana (*Kartesianisch*)?

A única conclusão que podemos tirar é que Kant divide as provas da existência de Deus, primeiramente, em duas espécies: i. a partir de conceitos do intelecto; ii. A partir de algum conceito empírico. Contudo, posteriormente, ele subdivide, novamente, as provas “a partir de conceitos do intelecto” em mais duas espécies: i’. prova cartesiana; ii’. “*Único Argumento Possível*”. Afinal, este (ii’), é de uma “espécie” (*Art*) “totalmente diferente” (*ganz anderer Art*) em relação àquele (i’). Sendo assim, do que foi visto na *Terceira Parte* da obra de 1763, podemos asseverar que há ao menos duas formas, duas estratégias, ou espécies (*Arten*) distintas para se buscar a existência de Deus a partir de conceitos do intelecto.

Contudo, apesar de podermos apontar duas estruturas para aqueles que pretendem provar a existência de Deus por uma via *a priori* em 1763, alguém poderia insistir que na fase crítica — quando Kant menciona em destaque “só há três provas possíveis da Existência de Deus [...]”, e acrescenta que a via ontológica é aquela em que “abstraem de toda a experiência e concluem, completamente *a priori*, a existência de uma causa suprema a partir de meros conceitos”¹³ (*KrV* A590/ B618, tradução própria) — ele estaria formulando uma estrutura única, mais fundamental, capaz de englobar as outras duas espécies mencionadas na obra pré-crítica.

Entretanto, uma vez que não queremos, por ora, esmiuçar o alcance da definição de prova ontológica apresentada nessa passagem crítica para verificar até que ponto ela capta, tanto a estrutura que parte do possível como fundamento, quanto a que parte do possível como consequência; então, mesmo deixando esse problema em suspenso, cabe lembrar que no texto de 1763 as duas estratégias que visam o argumento *a priori* também são reunidas por uma única espécie: “2. Exame dos

¹³ [...] oder sie abstrahieren endlich von aller Erfahrung, und schliessen gänzlich *a priori* aus blossen Begriffen auf das Dasein einer höchsten Ursache.

argumentos da primeira espécie”¹⁴ (*BDG*, AA 02: 156). Além do mais, os argumentos de primeira espécie também são reunidos por uma única definição, a saber, eles apenas podem ser obtidos “dos conceitos do intelecto do *meramente* possível”¹⁵ (*BDG*, AA 02: 155).

Todavia, apesar de todos os pontos levantados até aqui (seja a respeito daqueles que poderiam apontar a ocorrência de várias provas *a priori*, seja daqueles que possam ver no texto da crítica uma definição única e muito eficiente para sintetizar a ideia central proposta por todas elas), parece-me que falar em uma única prova *a priori* é, no mínimo, exagerado. Talvez, pensando de forma mais ponderada, alguém pudesse apostar que Kant conseguiria, com muito sucesso, apresentar na crítica uma definição para “via” *a priori* da existência de Deus capaz de suportar, de modo adequado, quaisquer provas *a priori* que já foram, e que possam ser, lançadas. Mas se for essa a leitura, então haveria várias provas *a priori* que se ramificariam a partir de uma via *a priori* definida por Kant. Sendo assim, se é que Kant realmente foi eficiente em estabelecer essa fórmula capaz de convergir quaisquer provas *a priori* de acordo com um tronco central, quando lemos que a primeira é “a prova *físico-teológica*, a segunda a *cosmológica*, e a terceira a *ontológica*” (*KrV* A591/ B619), devemos compreender que o artigo “a” (“*the*” cf. Swinburne) representa um caminho ou via onde subjaz várias provas dessa espécie (*Art*).

Desse modo, seria possível conciliar tanto a observação de Swinburne — de que há vários argumentos ontológicos, cosmológicos e físico-teológicos —; quanto assegurar uma defesa da posição do Kant crítico, o qual seria capaz de sintetizar todas as variações em apenas três espécies de prova (*nur drei Beweisarten*) ou caminhos (*Wege*). Claro que uma defesa da posição de Kant (seja a de que ele consegue reduzir todas as provas em três espécies; seja a de que a definição de uma delas, como a de

¹⁴ 2. PRÜFUNG DER BEWEISGRÜNDE DER ERSTEN ART. Contudo, como visto anteriormente, dentre os argumentos de “primeira espécie” Kant também apresenta uma “espécie” (*Art*) de argumento que, segundo o mesmo, é totalmente distinta da prova cartesiana.

¹⁵ [...] aus den Verstandsbegriffen des *bloß Möglichen* [...].

ontológica na *Crítica*, é capaz de englobar tudo o que se formula como argumento *a priori*) é uma questão longa e cheia de nuances.

Portanto, pode-se questionar se na *Quarta Seção* do *Ideal da Razão Pura* as objeções ao argumento *a priori* são direcionadas, novamente, ao argumento de tipo cartesiano¹⁶, assim como em 1763; ou se além do argumento de tipo cartesiano (do possível como fundamento, para a existência como conclusão), Kant também englobaria nas suas objeções a outra estratégia *a priori*, isto é: do possível, como consequência, para a existência, como fundamento.

Além deste ponto, ainda restaria a querela a respeito do raciocínio proposto por Anselmo — considerado em algumas passagens das obras de *Metafísica*¹⁷ e *Teologia*¹⁸ de Kant como o pai da prova ontológica. Ora, uma vez que se pretende apostar que Kant forneceu a forma de uma via *ontológica* na crítica, e que não seja possível sugerir nenhum outro argumento que se ramifique fora desse tronco central — “Não há mais [provas] além destas (*ihrer*), e também não pode haver mais”¹⁹ (*KrV* A591/B619) —, então, se de fato Anselmo elaborou uma reflexão *a priori* a

¹⁶ A “prova ontológica cartesiana” e o filósofo Leibniz são as únicas referências explícitas do texto da *Quarta Seção* do *Ideal da Razão Pura*. Portanto, de forma direta, só há referência na primeira *Crítica* ao que Kant classificou em 1763 como sendo aquela forma *a priori* que parte do possível, como fundamento, e conclui uma existência como consequência. Observe a seguir a citação dos autores mencionados:

“[...] assim, o famoso Leibniz ficou muito aquém do que se gabava, a saber, querer visualizar (*einsehen*) *a priori* a possibilidade de um ser ideal tão sublime”.

“Assim, todo esforço e trabalho são perdidos na célebre prova ontológica (cartesiana) da existência de um ser supremo a partir de conceitos” (*KrV* A602/ B630, tradução própria).

¹⁷ “O argumento ontológico deve provar que um *ens metaphysice perfectissimum* (isto é, *realissimum*) também existe efetivamente. Anselmo, um escolástico em Paris, forneceu-o primeiro; na sequência, Descartes e Leibniz sustentam-no” (*V-MP-K2/Heinze*, AA 28: 782, tradução própria).

¹⁸ “Anselmo foi o primeiro que quis demonstrar, por meio de meros conceitos, a necessidade de um ser supremo a partir do conceito de *ens realissimum*” (*V-Th/Pölitz*, AA 28: 1003, tradução própria).

¹⁹ Mehr gibt es ihrer nicht, und mehr kann es auch nicht geben.

respeito da existência de Deus, conseqüentemente a sua reflexão deveria poder ser situada de acordo com a definição kantiana.

O artigo de Marco Antônio Valentim pode ser citado como um exemplo de leitura em que se assevera que as objeções críticas à prova ontológica não contemplam apenas o argumento cartesiano, mas também aquele formulado pelo próprio Kant em 1763:

De nossa parte, procuramos sustentar uma divergência entre esses textos, a ponto de validar a hipótese segundo a qual o interlocutor de Kant na *Dialética* seria o próprio Kant, que argumenta, no ensaio sobre *O único fundamento*, a favor de uma prova *a priori* da existência de Deus (Valentim, 2009, p. 204).

O artigo de Andrea Faggion pode ser citado como um exemplo de leitura em que se assevera que as objeções da *Quarta Seção* do *Ideal da Razão Pura*, inicialmente aplicadas com eficiência contra o argumento cartesiano, podem ser estendidas, após algumas pequenas adaptações, na refutação do argumento de Anselmo:

A menos que eu o tenha compreendido mal, o argumento de Anselmo, no capítulo II, não parece essencialmente distinto do argumento de Descartes, na Quinta meditação. Para que o diálogo filosófico seja possível, suponhamos que, para Anselmo, a existência no intelecto se assemelhe, sob todos os aspectos relevantes, à realidade formal da ideia para Descartes e à posse do conceito para Kant. A existência na realidade parece-me assimilável à existência da coisa fora da ideia ou à posição do objeto. Todo argumento gira em torno da tese de que algo existente no pensamento e na realidade seria maior do que algo existente apenas no pensamento, o que nos leva a pensar que, de alguma maneira talvez pouca clara, a existência na realidade traria um acréscimo à concepção da coisa. Ora, esse tipo de posição não parece significativamente diferente da tese cartesiana de que uma coisa inexistente teria um

defeito ou uma perfeição faltante (Faggion, 2011, p. 75-76).

Por outro lado, há autores que discordam da aplicação da crítica kantiana frente a filosofia de Anselmo. Alvin Plantinga, por exemplo, insiste que as objeções dispostas na primeira *Crítica* não contemplariam o argumento anselmiano (ou a releitura que ele faz do mesmo):

4. A irrelevância da objeção de Kant

Se é isso que Kant quer dizer, ele certamente tem razão. Contudo, será isso relevante para o argumento ontológico? Não poderia Anselmo agradecer Kant por esse interessante esclarecimento e continuar alegremente do mesmo modo? Em que momento Anselmo tentou fazer Deus existir por definição acrescentando a existência a uma lista de propriedades que definem um conceito? Segundo o grande filósofo e pessimista alemão Arthur Schopenhauer, o argumento ontológico emerge quando “alguém cogita uma concepção, composta de todo o gênero de predicados, entre os quais, contudo, tem o cuidado de incluir o predicado de atualidade ou existência, quer de forma aberta, quer, por uma questão de decência, sob as roupagens de outro predicado, como a perfeição, a imensidão ou algo desse gênero”. Se este fosse o modo de proceder de Anselmo — se ele tivesse se limitado a acrescentar a existência a um conceito que se tiver aplicação a tem contingentemente —, então na verdade o seu argumento estaria sujeito à crítica kantiana. Mas ele não fez isso nem tampouco está sujeito à tal crítica (Plantinga, 2012, p. 123-124).

Outro exemplo de discordância pode ser tirado do artigo de Jakob Schneider, que embora afirme a eficácia da objeção kantiana contra o argumento cartesiano, indica que a reflexão anselmiana é de um tipo tal que não poderia ser reduzido a forma proposicional:

Contra a argumentação cartesiana, Kant tem razão: eu posso negar a existência de Deus junto com todas as

suas perfeições, sem me perder em nenhuma contradição; pois a existência de uma coisa não é uma das qualidades ou perfeições dessa coisa; o verbo ‘ser’ não é um “predicado real”, mas meramente uma posição da coisa na realidade em relação a seu conceito (Schneider, 2015, p. 143).

O argumento de Anselmo entendendo Deus como *aliquid quo maius cogitari non potest* não é atingido por essa discussão da filosofia moderna. Mesmo no caso, então, de ser Deus um ente perfeitíssimo, incluindo sua existência pensada como uma das suas perfeições, o argumento de Anselmo prescreve: pensa em Deus maior ainda. O modo de pensar e falar com superlativos é uma das concessões às condições da nossa linguagem, tendo que falar na estrutura das proposições: <S é P>. Este modo de falar é, na verdade, um modo fraco e inadequado de falar de Deus. Em Deus, ser e essência são idênticos, exprimem a mesma coisa. Se falarmos, então, de Deus como um ente perfeitíssimo, a definição de Deus como *aliquid quo maius cogitari non potest* requer de nós que pensemos num Deus maior ainda do que estas palavras ‘ens’ e ‘perfectissimum’ exprimem. Então, minha proposta da tradução do *aliquid quo maius cogitari non potest* é: Deus é algo do, ou seja, melhor: no qual não pode ser pensado maior. *Quod erat demonstrandum* (Schneider, 2015, p. 144).

A definição da *Terceira Seção* do *Ideal da Razão Pura* acerca da prova ontológica é capaz de gerar um longo debate com múltiplas implicâncias. Se alguém defende a leitura de que Kant asseverou que há apenas três provas possíveis (ontológica, cosmológica e físico-teológica), então, a partir daí e entrelaçado nessa leitura, temos uma sequência que decorre dessa interpretação. Por outro lado, se outro intérprete aponta que cada uma dessas espécies de prova (*Beweisarten*) apontam não apenas para uma única prova, mas para várias — as quais se comportariam como

ramificações de um caminho (*Wege*) comum —; então teríamos, a partir desse outro ponto, uma outra sequência de implicações.

Ao recuperarmos o texto de 1763 que menciona a prova *a priori* cartesiana, bem como uma outra prova *a priori* caracterizada como sendo de uma espécie totalmente diferente da de Descartes, buscamos mostrar ao leitor que a interpretação de uma via (*ontológica*) com várias (ao menos duas) provas é uma leitura mais ponderada da passagem (*KrV* A590-1/B618-9). Entretanto, há várias interpretações divergentes sobre o alcance que a *Quarta Seção* do *Ideal da Razão Pura* teria no que diz respeito às objeções de provas *a priori*.

Os poucos exemplos que citamos aqui, já nos permite observar que há interpretações, como a de Valentim, que indicam que o texto do *Ideal da Razão Pura* seria eficiente para objetar o argumento *a priori* do próprio Kant apresentado no *Único Argumento*. Há autores, como Faggion, que compreendem que as objeções da *Quarta Seção*, eficiente contra Descartes, também poderiam ser aplicadas ao argumento de Anselmo. Contudo, outros intérpretes não concordam que as refutações kantianas poderiam contemplar, também, as reflexões de Anselmo. Sendo assim, cabe, numa outra oportunidade, fazer um exame mais minucioso da definição crítica de prova ontológica para saber, até que ponto, ela seria eficiente para se estabelecer como uma via capaz de acomodar as várias concepções mais conhecidas dos argumentos *a priori*.

Considerações finais

A partir do que fora visto, é possível notar que o debate que permeia uma definição única de prova *a priori* (ontológica) é arduo e envolve disputas filosóficas de múltiplas perspectivas. Entretanto, munidos de uma intenção mais módica, visamos mostrar nessa pequena reflexão que, ainda que se considere a possibilidade de Kant reunir de forma eficaz as provas possíveis da razão especulativa em três espécies (físico-

teológica, cosmológica e ontológica), teríamos que admitir que cada uma das vias comportaria várias provas.

O exemplo de duas espécies de provas *a priori* no texto do *Único Argumento* seria um dado material para atestar essa leitura. Afinal, o argumento cartesiano destacado no texto de 1763, e também na primeira *Crítica*, é aquele em que a partir de uma possibilidade, como fundamento, alcança-se uma existência como consequência. Entretanto, como visto, haveria, de acordo com o texto pré-crítico, uma estratégia inversa, isto é, que compreende o possível como consequência, em busca da existência como seu fundamento. Aliás, ao citar Valentim em um assunto análogo — a saber, que as objeções críticas visariam o próprio argumento *a priori* de Kant de 1763 (justamente aquele que parte do possível como consequência) —, é possível deduzir que a sua leitura indica mais de uma prova ontológica possível. Pois, se a objeção kantiana se aplica não só ao argumento de tipo “cartesiano”, mas também ao do “*Único Argumento* possível”, então já estaríamos falando de um diálogo com ao menos duas variações de uma via, e não apenas de uma única prova.

Uma vez que Faggion faz algumas adaptação às objeções, digamos, mais voltadas ao argumento cartesiano, para aplicá-las também ao argumento anselmiano, então, a partir dessa leitura, também seria necessário admitir que há mais de um tipo de prova ontológica que o texto crítico dialoga; ainda que tivéssemos que apostar na eficácia kantiana para sintetizar todas as provas *a priori* possíveis de acordo com uma única forma central.

Aliás, essa definitivamente não é a interpretação, nem de Alvin Plantinga; nem de Jakob H. J. Schneider — o qual assevera que a reflexão de Anselmo não pode ser reduzida a uma forma proposicional de “S é P”. Enfim, essa pequena reflexão serviu-nos para que possamos compreender melhor as dificuldades que permeiam a classificação das provas *a priori*; bem como da apresentação das duas espécies *a priori* que são examinadas pelo próprio Kant na sua obra pré-crítica.

Referências

- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DESCARTES, René. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- FAGGION, Andrea Luisa Bucchile. Refutação do argumento ontológico, ou filosofia crítica *versus* filosofia dogmática. *Veritas. Revista quadrimestral de filosofia PUCRS*, Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 64-83, 2011. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2011.2.8282>.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 3ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.
- KANT, Immanuel. *Critique of Pure Reason*. United Kingdom: Cambridge, 1998.
- KANT, Immanuel. *Kant's Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.
- KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Felix Meiner, 1956.
- KANT, Immanuel. *L'unique argument possible pour une démonstration de l'existence de Dieu*. Introduit, traduit et annoté par Robert Theis. Paris: Vrin, 2001.
- KANT, Immanuel. *Lectures on Philosophical Theology*. Ithaca: Cornell University Press, 1978.
- KANT, Immanuel. *Lições de metafísica*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- KANT, Immanuel. *Lições sobre a doutrina filosófica da religião*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- KANT, Immanuel. *Manual dos cursos de lógica geral*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- KANT, Immanuel. *O Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- KANT, Immanuel. *Philosophische Religionslehre nach Plötz. Kant's Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin: W. de Gruyter, 1972.
- KANT, Immanuel. *Theoretical philosophy, 1755-1770*. United Kingdom: Cambridge, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511840180>.

KANT, Immanuel. *Vorkritische Schriften bis 1768: Teil 2*. Berlin: Suhrkamp Verlag, 1996.

KANT, Immanuel. *O Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus*. Tradução, introdução, notas e glossários de Carlos Morujão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

PLANTINGA, Alvin. *Crença Cristã Avalizada*. São Paulo: Vida Nova, 2018.

PLANTINGA, Alvin. *Deus, a Liberdade e o Mal*. São Paulo: Vida Nova, 2012.

PLANTINGA, Alvin. *God, freedom and evil*. New York: William B. Eerdmans PC, 1977.

SCHNEIDER, Jakob Hans Josef. Em Busca de Deus: Santo Anselmo de Cantuária e a Prova Ontológica da Existência de Deus e sua Crítica. *Scintilla*, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 129-152, 2015.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente*. Campinas: Unicamp, 2019.

SWINBURNE, Richard. *A Existência de Deus*. Brasília: Academia Modernista, 2015.

SWINBURNE, Richard. *The Existence of God*. Reino Unido: Clarendon Press, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199271672.001.0001>.

VALENTIM, Marco Antonio. Sobre a concepção kantiana de existência: a filosofia transcendental como niilismo. *Studia Kantiana*, v. 7, n. 9, p. 201-226, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5380/sk.v7i9.88592>.

Data de registro: 14/08/2024

Data de aceite: 01/11/2024